



**TJDFT**

Poder Judiciário da União  
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios  
Segunda Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal

Processo : 2013.01.1.183824-6  
Ação : CAUTELAR INOMINADA  
Requerente : VIPLAN VIACAO PLANALTO LTDA  
Requerido : DF DISTRITO FEDERAL

## DECISAO

Vistos etc...

Rejeito os embargos declaratórios interpostos à mingua de omissões, obscuridades ou contradições a sanar.

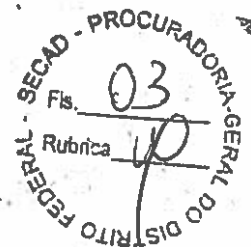
As razões do inconformismo do embargante devem ser objeto da via recursal própria.

I.

Brasília - DF, quarta-feira, 18 de dezembro de 2013 às 19h49.

**ORIGINAL ASSINADO**

Alvaro Luis de A. Ciarlini  
Juiz de Direito





**Processo** : 2013.01.1.183824-6  
**Classe** : Cautelar Inominada  
**Assunto** : Rescisão  
**Requerente** : VIPLAN VIACAO PLANALTO LTDA  
**Requerido** : DF DISTRITO FEDERAL

**DECISAO**

Vistos etc...

Vistos etc...

Trata-se de ação cautelar preparatória, por intermédio da qual o requerente intenta obter, liminarmente, determinação para que o Distrito Federal abstenha-se de impedir que o demandante mantenha suas atividades de prestação de serviço de transporte público.

Afirma, em breve síntese, que a Lei nº 9897/1995 impede a extinção do contrato de prestação de serviços sem prévia estipulação dos valores a serem indenizados.

É o breve relatório.

Decido.

A questão é relativa ao suposto dever do Distrito Federal em estabelecer, de forma antecipada, os parâmetros de indenização dos atuais permissionários do serviço em referência.

Nesse particular, é válido ressaltar que o Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios pronunciou-se sobre o tema, por intermédio de seu Conselho Especial, em sede de pedido liminar em mandado de segurança. Confira-se a conclusão do respectivo julgado, in verbis:

"De qualquer forma, insta consignar que a situação do transporte público no Distrito Federal indica que o contrato de permissão da impetrante é precário, não tendo sido precedido de licitação, em inobservância à Constituição Federal e à Lei n.º 8.987/1995, de modo que as empresas que operam o transporte público coletivo do Distrito Federal já estão beneficiadas pela ilegalidade há décadas, diante da omissão do Distrito Federal, trazendo inúmeros prejuízos à população local, que, notoriamente, não conta com um sistema de transporte de qualidade.

Dessa forma, a suspensão da licitação, ainda que apenas em relação às linhas operadas pela impetrante, acarretaria grave dano à população do Distrito Federal, o que deve ser afastado, diante da prevalência





Processo Nº 2013.01.1.183824-6

do interesse social sobre o privado.

Igualmente, como ressaltado pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação, em sua justificação prévia, a impetrante não formulou nenhum requerimento em busca da indenização e, em princípio, nada obsta que eventual pleito indenizatório seja formulado independentemente do processo licitatório nas vias próprias. Tal hipótese, inclusive, se revela a que melhor atende ao interesse social, pois garante a continuidade da licitação.

Ressalte-se, por fim, que a abertura da licitação foi determinada em razão de sentença proferida em sede de ação civil pública e, consoante justificação prévia, a questão referente à indenização prévia não fora suscitada perante tal Juízo.

Diante do exposto, indefiro o pedido de liminar.

Comunique-se às autoridades impetradas, solicitando-lhes as informações, no prazo legal.

Intime-se a Procuradoria do Distrito Federal para que, querendo, ingresse no feito, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Lei n.º 12.016/2009.

Após, encaminhem-se os autos à douta Procuradoria de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília - DF, 21 de maio de 2012.

Desembargador ROBERVAL CASEMIRO BELINATI - Relator"

Nó mais, o art. 42, da Lei nº 8987/1995 não impõe que os critérios de indenização sejam estabelecidas antes da abertura de procedimento licitatório, como acredita o demandante. A norma em questão estipula prazo máximo de prorrogação das concessões, desde que atendidas certas condições, dentre as quais o estabelecimento de parâmetros indenizatórios. Isso não significa, em absoluto que, não estabelecidos tais parâmetros, os contratos de concessão possam continuar indefinidamente prorrogados.

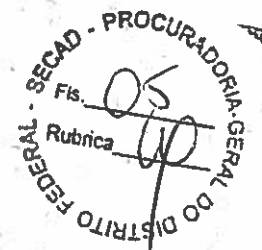
Assim, indefiro o pedido liminar exorado.

Intíme-se. Cite-se, nos termos do art. 802, do CPC.

Brasília - DF, sexta-feira, 06 de dezembro de 2013 às 15h30.

**ORIGINAL ASSINADO**

Alvaro Luis de A. S. Ciarlini  
Juiz de Direito



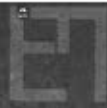
Registrado

Último andamento: 05/02/2014 - DETERMINADA A EXPEDICAO

Incluído na Pauta: 06/12/2013

2/2

RECEBUEI EM 06/12/2013 15:30:00



183824-C

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE  
FAZENDA PÚBLICA DISTRITAL DO DISTRITO FEDERAL

Distribuição por dependência ao processo  
n. 2013.01.1.137964-2

Contrafé

VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 00.091.702/0001-28, estabelecida na SGC/SUL, Conjuntos 07 e 08, Plano Piloto, Brasília - DF, por seus advogados infra-assinados (m.j.) (doc. 01), vem respeitosamente à digna presença de V. Exa., propor a presente

**AÇÃO CAUTELAR INOMINADA  
COM PEDIDO DE LIMINAR**



Contra DISTRITO FEDERAL, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Procurador, com sede no SAM Bloco "I" Edifício Sede da Procuradoria do Distrito Federal, CEP: 70620-000, pelos fatos e fundamentos de direito que passa a expor, provar, e ao final requerer:

**I – DO OBJETO DA PRESENTE AÇÃO CAUTELAR**

*A presente Ação Cautelar tem por objeto a proteção do direito da Autora ante ao descumprimento, por parte do Distrito Federal, da resposta ao pedido de ressarcimento em atendimento ao Decreto Distrital 34.497/2013 e artigo 42 da Lei 8.987/95, entre outras, cuja cópia anexamos, que previa do levantamento mais amplo e retroativo possível dos elementos físicos constituintes da infraestrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros, contábeis e comerciais relativos à prestação dos serviços, em dimensão necessária e suficiente para a resposta formalizada do valor da indenização devida, relativa aos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão, observadas as disposições legais e contratuais que regulavam a prestação do serviço ou a ela aplicáveis.*





*Diante de tais fundamentos, os quais estão robustamente delineados na presente demanda, e comprovados por meio de prova documental pré-constituída e suficiente, a Autora busca a intervenção do Poder Judiciário para garantir-lhe o cumprimento de seus direitos legais, esclarecendo desde o início, que não se visa discutir por meio da presente, o pagamento da indenização prévia, mas tão somente, o direito legal constitucional e infraconstitucional de obter uma resposta formalizada decisiva acerca do valor da indenização devida, previamente à extinção de seu contrato.*

## II – DA SÍNTESE FÁTICA

A Autora é operadora do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal desde o ano de 1970, tendo obtido a delegação da prestação do serviço público, mediante Termos de Permissão do Distrito Federal, datados de 06/04/1987 e 08/08/1990, tendo sido prorrogados por instrumentos de aditivos contratuais, todos em anexo (doc. 02).

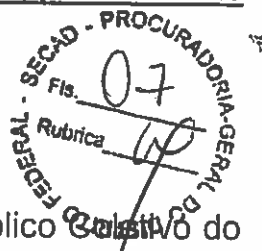
A Permissão delegada à Autora deu-se por prazo indeterminado, conforme estabelece a Cláusula Quinta do contrato celebrado entre as partes, abaixo fielmente transcrito:

será imediata. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO - A delegação é feita por prazo indeterminado, com início na data da publicação deste Termo, podendo ser mantida enquanto a execução dos serviços for considerada eficiente e prestada em obediência ao Regulamento e Código Disciplinar do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal em vigor e demais normas e determinações emanadas do Conselho do Transporte Público Coletivo, da Secretaria de Serviços Públicos, ou de seu Departamento de Transportes Urbanos. CLÁUSULA SEXTA- DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS - A delega

A Autora fora obrigada por diversas vezes a renovar sua frota, buscando prestar um serviço público de qualidade à população, e por ser indispensável à continuidade na prestação do serviço público.

Desde o ano de 2012, o Distrito Federal, realiza a licitação para Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Distrito Federal, por meio da Concorrência Pública ST-DF 001/2011, a qual agora se encontra finalizada e com os contratos assinados com as respectivas vencedoras.

Em razão da realização de licitação para novas operadoras do STPC/DF, a empresa deixará de operar no sistema do Distrito Federal, com a entrada em operação das novas Concessionárias, vencedoras da Concorrência Pública ST-DF 001/2011 (LICITAÇÃO ESSA QUE AINDA ESTÁ





EM DISCUSSÃO EM VIRTUDE DE VÁRIAS FRAUDES EVIDENCIADAS NO CURSO DA CONCORRÊNCIA, QUESTÃO QUE TRAMITA, NA ATUALIDADE, NO STJ).

Todavia, a Autora faz jus ao recebimento de indenização, uma vez que não houve a completa depreciação da integralidade dos bens, bem como a amortização dos investimentos realizados, conforme garantido pela legislação.

Tal garantia é assegurada pelo Decreto Distrital nº 34.497 de 27/06/2013, que fundou-se no art. 42 da Lei 8.987/95, alterado pela Lei nº 11.445/2007, para garantir que as atuais Concessionárias cujos contratos foram firmados e vigoram por prazo indeterminado ou com prazo de vigência expirado, deveriam apresentar à Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, em até noventa dias contados da data de publicação do referido Decreto, um requerimento obedecendo uma série de requisitos, cuja finalidade seria a formalização individualizada do valor das indenizações devidas à cada uma das empresas.

E assim, a Autora corretamente agiu, tendo protocolado seu pedido perante a Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal no dia 13/09/2013, conforme comprovante do protocolo em anexo.

Ocorre que, até o presente momento, a Autora não obteve nenhuma resposta do Distrito Federal acerca de seu requerimento, comprovando que o Distrito Federal, tenha efetuado o devido levantamento dos elementos físicos constituintes da infraestrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros, contábeis e comerciais relativos à prestação dos serviços, em dimensão necessária e suficiente para a resposta formalizada do valor da indenização devida, relativa aos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão, observadas as disposições legais e contratuais que regulavam a prestação do serviço ou a ela aplicáveis, apesar de ter recebido comprovações que sustentam tal pedido conforme determinava o referido Decreto Distrital e leis que regem a matéria.

Deste modo, vem a Autora perante este douto juízo requerer que seja determinado ao Distrito Federal que profira resposta formal devidamente motivada por parte do Distrito Federal, na pessoa do seu Governador ou Secretario de Estado, dos valores apurados e das indenizações devidas, previamente à extinção da Permissão, antes que a Autora deixe de operar no Distrito Federal, constando o devido valor devido a título de indenizações relativas aos investimentos ainda não amortizados.

Nestes termos, esclarece que a presente demanda se destina exclusivamente a assegurar a empresa que não seja substituída do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal, enquanto o Distrito Federal não





apure e notifique a Autora do valor devido a título de indenizações pelos investimentos ainda não amortizados, como assim determina a lei, sendo expresso direito da Autora.

Ressalta que a Autora, não visa por meio do presente a cobrança dos valores, o que será feito ATRAVÉS DA AÇÃO PRINCIPAL. Portanto, a presente ação, restringe-se exclusivamente à determinar ao Réu que proceda a Resposta formal do valor devido a título de indenização à Autora, previamente à extinção da Permissão que lhe fora delegada.

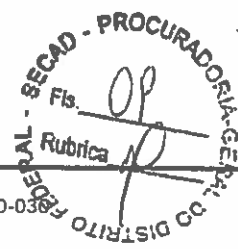
### III – DO DIREITO

#### 3.1. - DA AUSÊNCIA DE DISTINÇÃO PELA DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA ENTRE PERMISSÃO E CONCESSÃO

Inicialmente, antes de se adentrar ao mérito da presente ação, se faz necessário a demonstração de que embora a Lei de 8.987/95, fora intitulada por Lei das Concessões, conforme remansosa e uníssona jurisprudência pátria, inexistem condições de diferenciar alguns modelos de Concessão de outros casos idênticos em que foram adotadas a terminologia Permissão, sendo que o que deve prevalecer, é a essência do caso concreto, conforme se verá demonstrado que no presente caso, o serviço público prestado pela Autora, e a forma com que se deu a delegação, adéquam a todos os requisitos da Concessão, e assim deve ser entendido o presente caso.

Abaixo, demonstramos alguns posicionamentos jurisprudenciais do Colendo Supremo Tribunal Federal, neste sentido:

*"Quanto ao pedido de suspensão cautelar da eficácia do art. 4º e seu parágrafo único, da referida Lei - que autoriza o Poder Executivo a transformar em concessões de Serviço Móvel Celular as permissões do Serviço de Radiocomunicação Móvel Terrestre Público-Restrito outorgadas anteriormente à vigência desta Lei, em condições similares as dos demais contratos de concessão de Serviço Móvel Celular -, votaram pelo seu indeferimento os Ministros Carlos Velloso, relator, Mauricio Corrêa, Nelson Jobim, Ilmar Galvão e Octavio Gallotti, sob o fundamento de que o art. 175, parágrafo único, I da CF afastou qualquer distinção conceitual entre permissão e concessão, ao conferir àquela o caráter contratual próprio desta. (ADI 1491, Rel. Min. Carlos Velloso, Informativo n. 116)."*



### 3.2. – DO DIREITO DA AUTORA DE OBTER RESPOSTA DEVIDAMENTE MOTIVADA ACERCA DO VALOR DA INDENIZAÇÃO PELOS INVESTIMENTOS AINDA NÃO AMORTIZADOS, PREVIAMENTE AO TERMINO DA CONCESSÃO

O Direito de Petição veio insculpido na própria *Lex mater*, como direito fundamental nos termos do art. 5º inciso LXXIII, e por questão indissociável também se deduz de tal direito, o direito de se obter resposta daquilo que se pleiteia, caso contrário, tal dispositivo seria inócuo, abaixo segue a transcrição do dispositivo que preconiza:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

No plano infraconstitucional, tal direito também é assegurado pela Lei do Processo Administrativo Federal, Lei 9.784/99 em seu artigo 50, que assim determina:

Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

...

III - decidam processos administrativos de concurso de provas ou seleção pública;

...

§ 1º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de







concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

Esclarece-se que por força do art. 1º da Lei Distrital 2.834/01, a Lei do Processo Administrativo Federal, é aplicada no Distrito Federal, nos seguintes termos:

*Art. 1º Aplicam-se aos atos e processos administrativos no âmbito da Administração direta e indireta do Distrito Federal, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.*

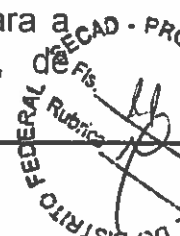
Assim, resta indiscutivelmente provado de forma cristalina, o direito da Autora de obter resposta do Distrito Federal, sobre seu requerimento administrativo, acerca dos valores devidos pelos investimentos ainda não amortizados, realizados na execução do contrato de permissão por prazo indeterminado.

Sendo tal direito uníssono também pelo entendimento dos Tribunais Pátrios, conforme jurisprudência abaixo colacionada:

TRF-3 - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA  
AMS 1915 SP 2004.61.19.001915-9 (TRF-3)

Data de publicação: 09/02/2011

**Ementa:** ADMINISTRATIVO. EMPRESAS AÉREAS. CONTROLE DE PROVISÕES DE BORDO. REQUERIMENTO DE REGIME ADUANEIRO ESPECIAL. DIREITO DE OBTER RESPOSTA DA AUTORIDADE IMPETRADA. DIREITO DE PETIÇÃO. 1. Remessa oficial e apelação contra sentença que concedeu parcialmente a segurança para que a autoridade impetrada receba e analise os pedidos eventualmente formulados pelas associadas da Autora e emita decisão sobre cada um deles, em conformidade com a legislação vigente. 2. Todos têm assegurado o direito constitucional de petição (inciso XXXIV do art. 5º da CF), que compreende não apenas a provocação da autoridade competente para receber o pleito do interessado, mas também a resposta em tempo razoável e hábil. 3. Devem as empresas aéreas obter a resposta da autoridade impetrada sobre os pleitos de regime aduaneiro especial, atendam ou não os requisitos para a habilitação exigida pela Instrução Normativa 409, de 19/03/2009.





19.03.2004. 4. Improvidas a apelação e a remessa oficial, tida por submetida.

TJ-DF - Agravo de Instrumento AI 218843620118070000  
DF 0021884-36.2011.807.0000 (TJ-DF)

Data de publicação: 26/01/2012

**Ementa:** ADMINISTRATIVO. ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO. PEDIDO NÃO EXAMINADO. FEITO PEDIDO DE CONCESSÃO DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, TEM O ADMINISTRADO DIREITO DE OBTER RESPOSTA MOTIVADA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ANTES DE SE IMPOR QUALQUER SANÇÃO POR FALTA DESSE. AGRAVO PROVIDO.

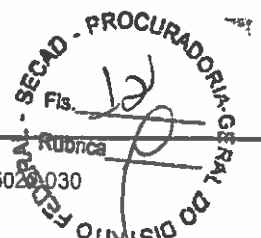
TRF-3 - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA  
AMS 25096 SP 2000.03.99.025096-7 (TRF-3)

Data de publicação: 09/06/2004

**Ementa:** CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - ARTIGO 5.º INCISO XIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PREVÊ O DIREITO DE PETIÇÃO, PRESUMINDO O DIREITO DE OBTER UMA RESPOSTA - SILÊNCIO ADMINISTRATIVO CARACTERIZA VIOLAÇÃO AO DIREITO DE PETIÇÃO - ATO ADMINISTRATIVO VINCULADO PODE SER EXAMINADO POR AUTORIDADE JUDICIÁRIA ANTES DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA NO QUE TANGE AO ASPECTO DA LEGALIDADE- APELAÇÃO IMPROVIDA: 1- O direito de petição é aquele que pertence a uma pessoa de invocar a atenção do poder público sobre uma questão ou situação. 2 - A omissão da Administração em apreciar a postulação administrativa em prazo razoável, configura o silêncio administrativo e enseja a impetração de mandado de segurança para determinar à autoridade pública a apreciação do pedido, mas também para que o Poder Judiciário conceda o direito pleiteado. 3- O Poder Judiciário pode examinar os atos da Administração Pública, de qualquer natureza, sob o aspecto da legalidade. 4- Apelação e remessa oficial improvidas.

TJ-DF - Agravo de Instrumento AI 119863320108070000  
DF 0011986-33.2010.807.0000 (TJ-DF)

Data de publicação: 23/09/2010





**Ementa:** ADMINISTRATIVO. ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO. ÁREA RESIDENCIAL. INTERDIÇÃO. FEITO PEDIDO DE CONSULTA PRÉVIA, PARA FINS DE CONCESSÃO DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, TEM O ADMINISTRADO DIREITO DE OBTER RESPOSTA MOTIVADA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ANTES DE SE INTERDITAR O ESTABELECIMENTO. AGRAVO PROVIDO.

TRF-1 - REMESSA EX OFFICIO EM MANDADO DE SEGURANÇA REOMS 7792 DF 2000.34.00.007792-6 (TRF-1)

Data de publicação: 14/09/2012

**Ementa:** PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. DEMORA INJUSTIFICADA NA EMISSÃO DE PARECER. OMISSÃO CONFIGURADA. PRAZO RAZOÁVEL. REMESSA DESPROVIDA. Todo cidadão possui o direito de obter resposta a seus requerimentos administrativos em prazo razoável (art. 5º., LXXVIII da CF). Portanto, sendo injustificada a morosidade da autoridade impetrada em responder acerca da anuência prévia necessária para obter os licenciamentos de importação do produto negociado pela empresa, não há "error in iudicando" no estabelecimento de prazo para a resposta pelo juiz. Compete ao Poder Judiciário, nos casos de omissão injustificada, impor prazo à Administração para que se manifeste sobre os requerimentos formulados. Remessa oficial desprovida.

TRF-3 - REEXAME NECESSÁRIO CÍVEL REO 8456 SP 0008456-34.2011.4.03.6110 (TRF-3)

Data de publicação: 07/02/2013

**Ementa:** "CONSTITUCIONAL - PROCESSUAL CIVIL. HABEAS DATA - GRADUADO EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - INFORMAÇÕES DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO JUNTO AO MEC - INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. I - O habeas data é ação constitucional para a "a proteção do direito líquido e certo do Autora em conhecer todas as informações e registros relativos a sua pessoa e constantes de repartições públicas ou particulares acessíveis ao público, para eventual retificação de seus dados pessoais" (Alexandre de Moraes, Constituição do





Brasil Interpretada, Atlas, 2ª edição, pág. 2623). II - Pretendendo a Autora a exibição de informações de procedimento administrativo envolvendo a instituição de ensino, ou seja, terceiro, mostra-se inadequada a via escolhida. III - Não obtendo resposta de seu pedido administrativo, deve a parte interessada impetrar mandado de segurança, pois tem direito de obter uma resposta. IV - Remessa oficial provida."

### 3.3. – DO DIREITO DE TER ACESSO A RESPOSTA MOTIVADA ANTES DO FIM DA PERMISSÃO:

O ordenamento jurídico pátrio estabelece de maneira expressa e inequívoca na Constituição Federal, em seu art. 175, que Lei disporá sobre a matéria de concessões e permissões de serviços públicos nos seguintes termos:

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

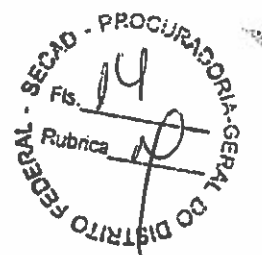
- I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;
- II - os direitos dos usuários;
- III - política tarifária;
- IV - a obrigação de manter serviço adequado.

No plano infraconstitucional, tal artigo fora regulamentado pela Lei Federal 8.987/95 a qual dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

A questão da extinção das concessões, é tratada no capítulo X da Lei, pelo teor do artigo 35 e seguintes, que assim estabelece

Art. 35. Extingue-se a concessão por:

- I - advento do termo contratual;
- II - encampação;
- III - caducidade;
- IV - rescisão;
- V - anulação; e





VI - falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

§ 1º Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

§ 2º Extinta a concessão, haverá a imediata assunção do serviço pelo poder concedente, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários.

§ 3º A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo poder concedente, de todos os bens reversíveis.

**§ 4º Nos casos previstos nos incisos I e II deste artigo, o poder concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma dos arts. 36 e 37 desta Lei.**

Art. 36. A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Art. 37. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.

Deste modo, ainda que no presente caso não se cuide de uma situação que configure a modalidade clássica de encampação, estamos diante de uma situação anômala, uma vez que o contrato celebrado entre o Distrito Federal e a Autora, realizado antes da publicação da Lei 8987/95, deu-se por prazo indeterminado, e a Autora era obrigada a renovar seus investimentos visando a continuidade da prestação do serviço público.

Observa-se que a concessão por prazo indeterminado traz um ônus ao concessionário de não ter condições de prever o prazo final do contrato, uma vez que lhe obriga a aportar investimentos, sem um documento formalizado de período certo, de por quanto tempo permanecerá no exercício do serviço público, bem como, também não possui o permissionário o poder



de diluir nas alíquotas os reais valores suficientes para reembolsar seus investimentos, uma vez que as alíquotas são fixadas conforme planilhas elaboradas pelo próprio poder Concedente.

Assim, tratando-se de concessão por prazo indeterminado, deve-se ter em mente as mesmas condições que regem a extinção da concessão pela forma de encampação, pois o concessionário permanece durante toda a sua execução à mercê do Contratante.

A expectativa do Permissionário nestes casos dá-se de modo que mesmo sabedor de que a permissão poderá ser extinta pelo poder Concedente, este mantém durante toda sua vigência a obrigação de renovar sua frota de modo a manter a continuidade na prestação do serviço público, amparado na garantia legal de que caso a permissão venha a ser extinta antes de amortizados na sua integralidade os investimentos realizados, perceberá o direito à indenização.

Frise-se que a Autora é prestadora de um dos chamados serviços públicos *essenciais*, que ainda que não delineados na Lei específica das Concessões, é assim estabelecido pela Lei 7.783/89, popularmente conhecida como a Lei de Greve, que em seu artigo 10, inciso V, especifica o serviço de Transporte Coletivo em seu rol taxativo, nos seguintes termos:

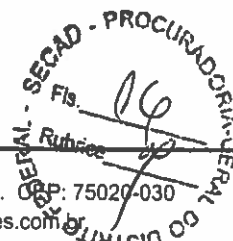
Art. 10 São considerados serviços ou atividades essenciais:

(...)

V - transporte coletivo;

Assim, é indiscutível que recaiu sobre a Autora durante todo o período do contrato, a obrigação tácita de estar sempre renovando sua frota e seus investimentos, tomando todas as providências necessárias para não ocorrer a paralisação ou descontinuidade do serviço público, assim, por questão clara de justiça, deve a mesma ser indenizada pelos eventuais investimentos ainda não amortizados pela receita emergente da prestação do serviço, sendo indispensável para tanto, que seja determinado ao Réu como requisito para retirada da Autora da operação, a resposta fundamentada dos valores a que terá direito a título de indenização.

Voltando para a Lei 8.987/95, tratou-se o legislador de prever as obrigações para ambas as partes – Concedente e Concessionário – visando dar garantias e respeitar às prestadoras de serviço público que já se encontravam em operação antes mesmo da publicação da norma, e com especial atenção aos que possuíam contratos por prazos indeterminados, como trata-se o presente caso, conforme assegura em seu art. 42, nos seguintes termos:





**Art. 42. As concessões de serviço público outorgadas anteriormente à entrada em vigor desta Lei consideram-se válidas pelo prazo fixado no contrato ou no ato de outorga, observado o disposto no art. 43 desta Lei. (Vide Lei nº 9.074, de 1995)**

...

§ 2º As concessões em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive por força de legislação anterior, permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das concessões que as substituirão, prazo esse que não será inferior a 24 (vinte e quatro) meses.

§ 3º As concessões a que se refere o § 2º deste artigo, inclusive as que não possuam instrumento que as formalize ou que possuam cláusula que preveja prorrogação, terão validade máxima até o dia 31 de dezembro de 2010, desde que, até o dia 30 de junho de 2009, tenham sido cumpridas, cumulativamente, as seguintes condições: (Incluído pela Lei nº 11.445, de 2007).

I - levantamento mais amplo e retroativo possível dos elementos físicos constituintes da infra-estrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros, contábeis e comerciais relativos à prestação dos serviços, em dimensão necessária e suficiente para a realização do cálculo de eventual indenização relativa aos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão, observadas as disposições legais e contratuais que regulavam a prestação do serviço ou a ela aplicáveis nos 20 (vinte) anos anteriores ao da publicação desta Lei; (Incluído pela Lei nº 11.445, de 2007).

II - celebração de acordo entre o poder concedente e o concessionário sobre os critérios e a forma de indenização de eventuais créditos remanescentes de investimentos ainda não amortizados ou depreciados, apurados a partir dos levantamentos referidos no inciso I deste parágrafo e auditados por instituição especializada escolhida de comum acordo pelas partes; e (Incluído pela Lei nº 11.445, de 2007).





III - publicação na imprensa oficial de ato formal de autoridade do poder concedente, autorizando a prestação precária dos serviços por prazo de até 6 (seis) meses, renovável até 31 de dezembro de 2008, mediante comprovação do cumprimento do disposto nos incisos I e II deste parágrafo. (Incluído pela Lei nº 11.445, de 2007).

§ 4o Não ocorrendo o acordo previsto no inciso II do § 3o deste artigo, o cálculo da indenização de investimentos será feito com base nos critérios previstos no instrumento de concessão antes celebrado ou, na omissão deste, por avaliação de seu valor econômico ou reavaliação patrimonial, depreciação e amortização de ativos imobilizados definidos pelas legislações fiscal e das sociedades por ações, efetuada por empresa de auditoria independente escolhida de comum acordo pelas partes. (Incluído pela Lei nº 11.445, de 2007).

§ 5o No caso do § 4o deste artigo, o pagamento de eventual indenização será realizado, mediante garantia real, por meio de 4 (quatro) parcelas anuais, iguais e sucessivas, da parte ainda não amortizada de investimentos e de outras indenizações relacionadas à prestação dos serviços, realizados com capital próprio do concessionário ou de seu controlador, ou originários de operações de financiamento, ou obtidos mediante emissão de ações, debêntures e outros títulos mobiliários, com a primeira parcela paga até o último dia útil do exercício financeiro em que ocorrer a reversão. (Incluído pela Lei nº 11.445, de 2007).

§ 6o Ocorrendo acordo, poderá a indenização de que trata o § 5o deste artigo ser paga mediante receitas de novo contrato que venha a disciplinar a prestação do serviço. (Incluído pela Lei nº 11.445, de 2007).

Sobre tal questão, é salutar a lição do Ilustre doutrinador Marçal Justen Filho, que traz no seio da doutrina, seu entendimento, de que a própria lei encarregou-se de assegurar que tais levantamentos para fixação dos valores das indenizações, devem ser prévios à extinção da concessão, nos seguintes dizeres:

*Por força do que dispõe taxativamente o artigo 42, § 5º, da Lei 8.987/95, os levantamentos, avaliações e liquidações necessários à determinação do valor da indenização a que faz jus o outorgado devem preceder à extinção da delegação pelo advento do*







*termo contratual, posto que absolutamente previsível, porque a palavra "antecipando-se," no dispositivo, revela a vontade da Lei e do legislador em realizar aquele procedimento preparatório. Inafastável, em consequência, na espécie, esse ato essencial. "No término do contrato de concessão, assegura-se ao concessionário a indenização pelos bens reversíveis ainda não amortizados. Essa transferência compulsória de domínio de bens corresponde a uma modalidade de desapropriação. Exige-se, portanto,, prévia e justa indenização em dinheiro" (Marçal Justen Filho, Teoria Geral das concessões de serviço público, São Paulo, Dialética, 2003)*

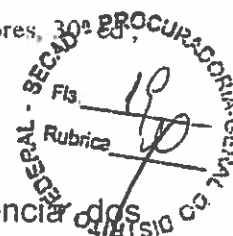
Defende o nobre Autor, que a indenização nos presentes casos deve preceder a extinção da concessão, uma vez que assemelha-se à desapropriação, e por tal natureza, exige-se portanto prévia e justa indenização.

Também assevera seu entendimento no mesmo sentido o saudoso mestre Hely Lopes Meirelles, conforme abaixo colacionado:

Na lição de HELY LOPES MEIRELLES. "a Lei nº 8 987/95 determina que o poder concedente indenize o concessionário de todas as parcelas de investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço (art. 36) Pretende-se evitar, com essa determinação, que a prestação do serviço se deteriore nos últimos anos do prazo de concessão, por falta de investimentos do concessionário. Ao garantir, legalmente, a indenização desses investimentos, torna-se mais fácil ao poder concedente exigir o cumprimento do dever de atualidade do serviço, correspondente à manutenção e melhoria dos equipamentos, instalações e demais exigências do serviço" (Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros Editores, 30ª ed., págs. 383/384).

É sabido, no entanto, que não é pacífica a jurisprudência dos Tribunais Superiores, acerca da exigência do pagamento da indenização como condição indispensável da extinção da concessão, como requisito para que o poder concedente reverta o exercício a si ou a outro delegatário.

Prova do entendimento firmado por alguns juízos de que a indenização deve preceder a extinção da Concessão são os julgados abaixo colacionados:





Processo: 2006.009262-3 (Acórdão)

Relator: Cid Goulart

Origem: Balneário Camboriú

Orgão Julgador: Segunda Câmara de Direito Público

Julgado em: 12/12/2006

Juiz Prolator: Sônia Maria Mazzetto Moroso

Classe: Apelação Cível



APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE - CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO QUE CHEGOU AO TÉRMINO - SENTENÇA QUE INDEFERIU A PETIÇÃO INICIAL - PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 927 DO CPC - REFORMA DA DECISÃO - APELO PROVIDO - RECEBIMENTO DA INICIAL E CONCESSÃO DE LIMINAR DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE.

A ausência dos levantamentos, avaliações e liquidações necessários, e que, por força do que dispõe taxativamente o art. 35, § 4º, da Lei 8.987/95, devem preceder à extinção da delegação pelo advento do termo contratual, bem como do efetivo pagamento da indenização devida à concessionária nos moldes preconizados pelo § 1º, também do art. 35, e pelo art. 36 do mesmo diploma legal, conforme alegado na inicial, implica na boa-fé da posse que a apelante mantinha sob os bens objeto da lide, ensejando o manejo de ação possessória. Na esteira de entendimento já consolidado na jurisprudência, e em atenção ao princípio da fungibilidade das ações possessórias contido no art. 920 do CPC, o pedido deve ser convertido para reintegração de posse. Diante da peculiaridade do caso em análise e, especialmente, do conteúdo da decisão prolatada no julgamento do Agravo de Instrumento n. 2005.029249-5, mostra-se absolutamente desnecessária a observância ao disposto no parágrafo único do art. 928, do CPC. Possessória - Reintegração - Liminar - Prévia audiência da entidade de direito público - Circunstâncias especialíssimas que dispensam a providência - Agravo não provido (RJ TJESP 59/220)(grifo nosso).

TJSP – AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 586 642 5/2-00  
VOTO Nº 20 068 DESEMBARGADOR: TOLEDO SILVA.

Recurso – Agravo de instrumento – Decisão que indefere liminar em ação de reintegração de posse - Contrato de concessão de serviço público com prazo determinado -





Artigo 35, L e § 1º, da Lei Federal nº 8 987, de 13 de fevereiro de 1995 - Notificação realizada pelo Município demonstrando desinteresse na prorrogação do contrato - Indenização prevista no contrato e na lei - Recurso improvido

Além do mais, como decidiu o douto Magistrado, nada justifica a concessão da liminar, uma vez que o contrato perdura por mais de trinta anos. Se assim é e aspectos outros de natureza contratual estejam pendentes de apreciação e serão dirimidos no momento azado, considerando aquele longo período e especialmente que ainda a concessionária continua a prestar serviços por força das obrigações que assumiu, impor solução de continuidade de forma abrupta para que terceiro coletasse dados e desde logo se valesse da estrutura existente pela assunção do que já lá existe se mostra temerário com inegáveis prejuízos ao interesse público em face da essencialidade dos serviços que poderiam ser comprometidos aos usuários-municípios. Desse modo, não convém que seja efetivamente mais adequado a concessão de antecipação da tutela para os fins visados na inicial, quando ausentes se mostram os pressupostos legais à reintegração com transferência e incorporação de bens e equipamentos da concessionária desde logo em favor de terceiro. A decisão recorrida está bem fundamentada e nada justifica a reforma.

Portanto, como muito bem se esclareceu desde o início, não visa a presente ação discutir o pagamento à Autora, mas tão somente seu direito líquido e certo de ter acesso a uma decisão acerca dos valores que lhe serão devidos à título de indenização. Direito este incontroverso e abarcado pela integral doutrina e jurisprudência pátria, não havendo qualquer precedente em sentido contrário.

Também não restam dúvidas de que deve ser garantido ao Permissionário que tal levantamento seja realizado enquanto esteja prestando os respectivos serviços, uma vez que assim, de posse diária dos dados reais da prestação dos serviços, possa conferir de perto o adequado levantamento realizado pela Administração, visando sua justa indenização pelos investimentos ainda não realizados.

Ademais, prova de que a própria Administração reconheceu seu dever de indenizar aos atuais permissionários do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal, foi que a mesma, já publicou no presente exercício, após a assinatura dos novos contratos para todas as localidades do



Distrito Federal, das novas empresas que substituirão as atuais permissionárias, o Decreto Distrital nº 34.497/2013 que dispõe sobre procedimento para eventuais indenizações no âmbito do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, nos termos abaixo:

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos VII, XXI e XXVI, do art. 100, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo presente o disposto no art. 42 da Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995

Decreta:

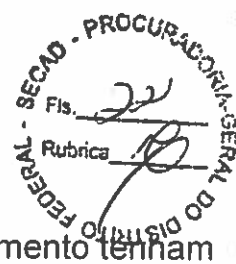
**Art. 1º** O requerimento destinado ao pagamento de eventual indenização, no âmbito do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF em razão do disposto no art. 42 da Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, observará os procedimentos estabelecidos neste Decreto.

**Art. 2º** Os atuais operadores do STPC/DF cujos contratos foram firmados sem prévia licitação, que vigoram por prazo indeterminado, ou com prazo de vigência expirado poderão apresentar à Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, em até noventa dias contados da data de publicação deste Decreto, requerimento com, no mínimo, os seguintes documentos, dados e informações:

(...)

**Art. 6º** Os requerimentos cujo processamento tenham sido deferidos pelo Secretário de Estado de Transportes serão submetidos a auditoria independente, nos termos previstos no inciso II do § 3º do art. 42, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

§ 1º A empresa requerente será intimada para celebrar acordo sobre os critérios e a forma de indenização de eventuais créditos remanescentes de investimentos ainda não amortizados ou depreciados,





apurados a partir dos elementos de informação relacionados no art. 2º deste Decreto.

§ 2º Firmado o acordo quanto aos critérios e a forma de indenização a que se refere o parágrafo anterior, será contratada empresa de auditoria especializada, escolhida de comum acordo pelas partes.

§ 3º Não ocorrendo o acordo previsto nos §§ 1º e 2º deste artigo, o cálculo e o eventual pagamento da indenização de investimentos será feito nos termos do disposto nos §§ 4º e 5º do art. 42 da Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Nestes termos Exa., observa-se que o próprio Distrito Federal, sabedor de suas obrigações legais, já publicou decreto para disciplinar os procedimentos que necessitam serem adotados para a regular indenização dos atuais permissionários, que atualmente ainda contam com direitos à indenizações por investimentos realizados ainda não amortizados.

No presente caso, a Autora tem conhecimento de que as novas operadoras contratadas encontram-se na iminência de entregarem seus veículos, uma vez que tal fato deve dar-se a qualquer momento, até porque, todos os contratos celebrados entre o Distrito Federal e as novas Concessionárias já se encontram com atraso do prazo de sua implantação.

Outro ponto que confirma o reconhecimento do Governo do Distrito Federal se expressa no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 86/2013 assinado em 14/10/2013 pelo Ministério Público do Trabalho, o Governo do Distrito Federal e em especial a Secretaria de Transporte, no documento anexado, que admitiram em seus considerandos a aplicação dos disposto no artigo 486 da CLT, que a ruptura do contrato foi responsabilidade do Estado. Eis o art. 486:

Art. 486 - No caso de paralisação temporária ou definitiva do trabalho, motivada por ato de autoridade municipal, estadual ou federal, ou pela promulgação de lei ou resolução que impossibilite a continuação da atividade, prevalecerá o pagamento da indenização, que ficará a cargo do governo responsável. (Redação dada pela Lei nº 1.530, de 26.12.1951)

§ 1º - Sempre que o empregador invocar em sua defesa o preceito do presente artigo, o tribunal do trabalho competente notificará a pessoa de direito público apontada como responsável pela paralisação do trabalho, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, alegue o que





entender devido, passando a figurar no processo como chamada à autoria. (Incluído pelo Decreto-lei nº 6.110, de 16.12.1943)

§ 2º - Sempre que a parte interessada, firmada em documento hábil, invocar defesa baseada na disposição deste artigo e indicar qual o juiz competente, será ouvida a parte contrária, para, dentro de 3 (três) dias, falar sobre essa alegação. (Redação dada pela Lei nº 1.530, de 26.12.1951)

§ 3º - Verificada qual a autoridade responsável, a Junta de Conciliação ou Juiz dar-se-á por incompetente, remetendo os autos ao Juiz Privativo da Fazenda, perante o qual correrá o feito nos termos previstos no processo comum. (Incluído pela Lei nº 1.530, de 26.12.1951)

E ocorre Exa, que mesmo sabedor de suas obrigações, o Distrito Federal, até o momento, não adotou nenhuma das providências elencadas no Decreto acima. E assim, tem se mantido inerte, aguardando a entrada dos novos veículos dos novos Concessionários em operação, sem antes ter cumprido com suas obrigações legais perante os atuais Permissionários.

#### **3.4. – DO DESRESPEITO DO DISTRITO FEDERAL ÀS OBRIGAÇÕES LEGAIS**

Faz-se importante apreciar o caso concreto, sob o enfoque da essência que o nucleia. Isto nos direciona para a análise de que ainda que nos casos de contratos por prazos indeterminados, mesmo que o Permissionário detém o conhecimento de que seu contrato, pode ser encerrado pela Administração, principalmente nos casos que tratam-se de serviços essenciais, deve o Permissionário renovar sua frota sempre que necessário, pois caso não o faça ocorrerá a descontinuidade do serviço público.

Assim, para garantir o direito à indenização justa pelos investimentos não amortizados, que se fizeram necessários, a regra geral em matéria de concessões é a de que será assegurado ao contratado no momento da extinção da sua delegação, os fatores que implicarão a recomposição patrimonial completa do permissionário, mediante indenização dos danos efetivos e futuros.

Do contrário estaria-se a ameaçar uma empresa que contribuiu com o desenvolvimento da sociedade, atendeu às necessidades da população, e ao final, após ter dado toda sua parcela de contribuição, seria descartada, sem qualquer garantia. Além de caracterizar o enriquecimento ilícito e sem



causa da Administração, que poderia adotar indistintamente de tal situação, para abster-se de suas obrigações inerentes à função estatal.

O Autora possui em seu favor, o princípio da restitutio in integrum que visa proteger no caso a Autora na condição de Permissionária de abusos da Administração.

Tal princípio da *restitutio in integrum* traduz-se na reposição completa da situação anterior à lesão sofrida, por meio de uma reconstituição natural, buscando uma situação material correspondente ou por uma indenização mais próxima possível o valor do prejuízo, sendo sua aplicação predominante, pela Jurisprudência dos Tribunais, conforme abaixo exposto:

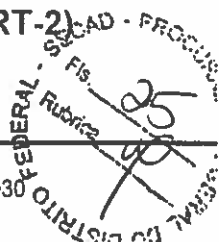
**STJ - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO AgRg no Ag 975659 SC 2007/0264498-1 (STJ)**

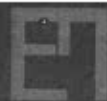
Data de publicação: 15/09/2008

**Ementa:** AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DECISÃO DE INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. ANULAÇÃO DE DEMISSÃO. REINTEGRAÇÃO. EFEITOS EX TUNC. RESTABELECIMENTO DO STATUS QUO ANTE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RESTITUTIO IN INTEGRUM. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. O Agravo de Instrumento previsto no artigo 28 da Lei 8.038 /90 tem por escopo desconstituir a decisão de inadmissão de Recurso Especial, sendo, por isso, imprescindível a impugnação específica dos fundamentos nela lançados, com o fito de demonstrar o seu desacerto. Aplicação da Súmula 182/STJ. 2. 'Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a anulação do ato de demissão de servidor, com a respectiva reintegração, tem como consequência lógica a recomposição integral dos direitos do servidor demitido, em respeito ao princípio da restitutio in integrum. A declaração de nulidade do ato de demissão deve operar efeitos ex tunc, ou seja, deve restabelecer exatamente o status quo ante, de modo a preservar todos os direitos do indivíduo atingido pela ilegalidade.' Precedentes. 3. Agravo regimental desprovido

**TRT-2 - RECURSO ORDINÁRIO RECORD 328200722102007 SP 00328-2007-221-02-00-7 (TRT-2)**

Data de publicação: 11/09/2009





**Ementa:** DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE À PERDA E SOFRIMENTO ENFRENTADOS PELO TRABALHADOR. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA "RESTITUTIO IN INTEGRUM". Considerando que o autor é portador de seqüelas anatômicas, funcionais e estéticas, decorrentes de acidente de trabalho que causou amputação das falanges do 2.º, 3.º e 4.º dedos de sua mão-direita, com diminuição de sua capacidade laboral na ordem de 12% pela Tabela SUSEP, além de deformidade permanente em sua mão direita, não merece qualquer reparo a r. decisão do MM. Juízo "a quo", no sentido de excluir ou diminuir os valores das indenizações arbitradas a título de danos materiais, morais e estéticos. E isso porque o reclamante sofreu lesão física irreversível, comprometendo a sua capacidade laborativa de forma permanente, devendo, pois, ser observado o princípio da "restitutio in integrum" para embasar o cálculo da indenização, que deve corresponder à perda sofrida pelo trabalhador.

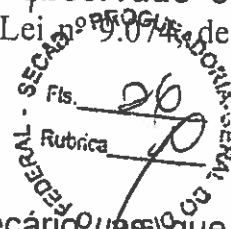
Assim, todo o enfoque do presente processo deve ser apreciado pela ótica de que o Autora, ainda que possuindo um contrato precário, e por prazo indeterminado, necessitou constantemente renovar sua frota e aportar novos investimentos. Investimentos estes que ainda não foram integralmente amortizados pelas receitas emergentes da execução do contrato, e que devem ser ressarcidas pelo poder Público.

Neste diapasão, conforme já explícito, o art. 42 da Lei 8.987/95, em seus parágrafos quarto e quinto, estabelece o seguinte:

**Art. 42. As concessões de serviço público outorgadas anteriormente à entrada em vigor desta Lei consideram-se válidas pelo prazo fixado no contrato ou no ato de outorga, observado o disposto no art. 43 desta Lei. (Vide Lei nº 9.074/95 de 1995)**

...

§ 2º As concessões em caráter precário, que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive por força de legislação anterior, permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a outorga das







concessões que as substituirão, prazo esse que não será inferior a 24 (vinte e quatro) meses.

§ 3º As concessões a que se refere o § 2º deste artigo, inclusive as que não possuam instrumento que as formalize ou que possuam cláusula que preveja prorrogação, terão validade máxima até o dia 31 de dezembro de 2010, desde que, até o dia 30 de junho de 2009, tenham sido cumpridas, cumulativamente, as seguintes condições: (Incluído pela Lei nº 11.445, de 2007).

I - levantamento mais amplo e retroativo possível dos elementos físicos constituintes da infra-estrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros, contábeis e comerciais relativos à prestação dos serviços, em dimensão necessária e suficiente para a realização do cálculo de eventual indenização relativa aos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão, observadas as disposições legais e contratuais que regulavam a prestação do serviço ou a ela aplicáveis nos 20 (vinte) anos anteriores ao da publicação desta Lei; (Incluído pela Lei nº 11.445, de 2007).

II - celebração de acordo entre o poder concedente e o concessionário sobre os critérios e a forma de indenização de eventuais créditos remanescentes de investimentos ainda não amortizados ou depreciados, apurados a partir dos levantamentos referidos no inciso I deste parágrafo e auditados por instituição especializada escolhida de comum acordo pelas partes; e (Incluído pela Lei nº 11.445, de 2007).

III - publicação na imprensa oficial de ato formal de autoridade do poder concedente, autorizando a prestação precária dos serviços por prazo de até 6 (seis) meses, renovável até 31 de dezembro de 2008, mediante comprovação do cumprimento do disposto nos incisos I e II deste parágrafo. (Incluído pela Lei nº 11.445, de 2007).

Assim, é indiscutível que as concessões em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive por força de legislação anterior, permanecerão válidas pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis à organização das licitações que precederão a



**outorga das concessões que as substituirão pelo que se extrai do art. 42, § 2º.**

Bem como no parágrafo seguinte, a lei elenca alguns requisitos, que deveriam ter sido cumpridos pelo Governo do Distrito Federal, com o fito de apurar os valores devidos à título de indenizações, aos Permissionários, por levantamento mais amplo e retroativo possível dos elementos físicos constituintes da infra-estrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros, contábeis e comerciais relativos à prestação dos serviços, em dimensão necessária e suficiente para a realização do cálculo de eventual indenização relativa aos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão. Dados exigidos pelo GDF aos permissionários (art. 2º do Decreto 34.497) e que foram textualmente cumpridos. Documentos e informações foram prestadas e anexadas no pedido de indenização.

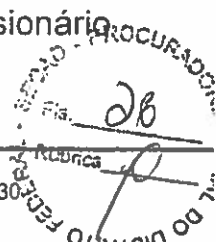
Obrigações estas que até o momento o DF simplesmente tem ignorado, desrespeitando o direito líquido e certo da Autora!

Tais regras foram simplesmente ignoradas pelo DF, que deixou de cumprir suas obrigações indispensáveis para que a Autora tenha acesso a resposta ao requerimento administrativo, do valor da indenização a que terá direito, referente aos investimentos vinculados a bens reversíveis e aos que ainda não foram amortizados ou depreciados, que foram realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Aliás, tais regras devem ser interpretadas como um piso, como uma proteção mínima do parceiro privado. E assim faz-se imperioso, que sejam estabelecidas tais indenizações com o objetivo de dar-lhe proteção adequada, considerando as peculiaridades do presente caso, em que o permissionário foi obrigado a renovar por diversas vezes a frota de ônibus, dentre outros investimentos, visando garantir a continuidade do serviço de transporte público.

Caso não fosse assim, e os permissionários não tivessem tais garantias, a consequência seria que eles teriam que elevar sobremaneira os valores das tarifas pelos serviços prestados, visando reduzir o risco de seus investimentos, e assim, o usuário teriam que pagar mais caro pela utilização do serviço.

Acerca do momento da indenização ao permissionário, pelos valores que fazia direito na data da extinção da permissão, é patente a clareza de sua função, que trata-se de um desdobramento do instituto do equilíbrio econômico – financeiro do contrato, que deve permanecer até sua finalização. E assim, inúmeras são as razões que a própria lei já determina que todos os levantamentos e a resposta da Administração, ao Permissionário





acerca do valor devido, em resposta ao requerimento já formalizado, deve dar-se antes da extinção da delegação.

Observe-se Exa., que entendimento oposto, na prática, deixaria o Autora, em mãos do Poder Público, que poderá delegar a outra empresa a Concessão dos serviços, e substituir o Autora do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, sem o indenizar.

Isso é muitíssimo grave, uma vez que para obter as indenizações que tiver direito, o Autora terá que socorrer-se do Judiciário, depois de já ter perdido a operação do serviço.

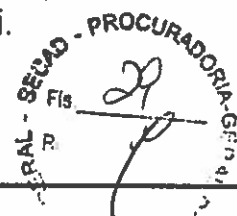
Nessa posição seu poder de barganha será absolutamente nenhum e fatalmente o Autora terá que entrar com ação e levá-la até as últimas instâncias, para só depois, obter posição na fila dos precatórios, torcendo para que um dia, muitos anos depois do contrato extinto, tenha as suas indenizações pagas.

Isto seria uma verdadeira covardia, para com aqueles que dedicaram uma vida inteira de trabalho, e contribuíram diretamente para a construção desta Capital Federal, e tiveram parcela valiosa em seu desenvolvimento.

A história da Autora confunde-se diretamente com a história desta Capital Federal, uma vez que quando ainda de sua construção, quando nada havia sido levantado, o fundador da Autora, teve a coragem de iniciar aqui suas atividades, ainda em caminhões de "pau de arara" como eram popularmente conhecidos, de modo que pouquíssimos tiveram a coragem de fazê-lo, e agora, como recompensa tem assistido uma série de arbitrariedades e abusividades por claras estratégias políticas, lhe tirarem seus direitos, o que espera que não será permitido pela atuação Jurisdicional.

Isso tudo, porque pelas condições do contrato por prazo indeterminado, não foi dada a chance à Autora, de poder vir a suspender novos investimentos ou minimizá-los já nos últimos anos de contrato, uma vez que não possuía o prazo certo no qual seria extinta a sua Permissão, e que ainda que ciente da obrigação da Administração de proceder procedimento licitatório e fazer novas contratações, a Autora preocupou-se com a qualidade e continuidade da prestação do serviço.

Assim, nada mais justo, que agora os levantamentos dos valores devidos lhe sejam oficialmente entregues, e que as indenizações que fizer direito, lhe sejam pagas antes da extinção da permissão que possui.





Mais uma vez, é importante ressaltar, que não trata-se o presente processo, de discussão se a Administração deve ou não pagar a indenização devida à Autora, antes da extinção da Concessão. Restringe-se a presente, a garantir o direito líquido e certo garantido pelos parágrafos constantes do art. 42 da Lei 8.987/95 e já definidos pelo Decreto Distrital 34.497/2013, que tem sido nitidamente descumpridos.

Quanto ao momento da indenização ao parceiro privado, nas situações em que não há cláusula contratual específica sobre o assunto, a jurisprudência apesar de ainda dividida, caminha no sentido de exigir a indenização prévia apenas para o caso de extinção do contrato por encampação e deixando que a indenização ocorra *a posteriori* nas demais hipóteses de extinção. Esse entendimento se baseia em interpretação do art. 37 da Lei 8.987/95, que diz:

Art. 37. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.

Os julgados em regra, focam atenção na expressão "após prévio pagamento de indenização", para interpretar a exigência de pagamento prévio se restringe ao caso de encampação e que não incidiria nas demais hipóteses de extinção.

Portanto, o direito de ter acesso à Resposta oficial, acerca dos valores devidos à Autora a título de indenizações pelos investimentos ainda não amortizados ou depreciados, também seriam devidos no caso da extinção por advento do termo contratual, se fosse o caso, para o qual há dispositivo específico (§ 4º do art. 35 da Lei 8.987/95) – dizendo que "[...] o Poder Concedente *antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à Concessionária [...]*".

Assim, é clarividente que nos contratos por prazo indeterminado, tais levantamentos também devem anteceder à extinção das Concessões.

**Pois se até nos contratos por prazo certo, nos quais a concessionária possui condições de reduzir seus investimentos ou planejar-se de forma a não executá-los no período final do contrato, e ainda nestes casos, a Administração está obrigada a efetuar todos os levantamentos previamente, seria ilógico e totalmente desarrazoado, não estender tais obrigações à Administração nos casos dos contratos por prazo indeterminado, nos quais o Permissionário não possui condições de saber quando o contrato irá encerrar-se e mesmo com tal risco**



**necessita manter seus investimentos e renovar veículos visando a continuidade e qualidade da prestação dos serviços.**

E isso é reforçado pelo teor do art. 35 da Lei 8.987/95, que também é explícito:

**“A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas do investimentos vinculados à bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.”**

Esse dispositivo dá a entender claramente que a reversão será feita mediante indenização, e não que a reversão independe temporalmente de indenização.

Portanto Exa., é bem claro que até nos contratos por prazo determinado, o particular tem o direito de ter acesso ao valor definido da indenização que fará jus, havendo discussão apenas se o pagamento deve dar-se antes da extinção ou não.

Não há nenhuma possibilidade de se estender tal discussão ao direito líquido e certo da Autora de ter acesso à Resposta fundamentada acerca do seu requerimento dos valores da indenização devida acerca dos investimentos ainda não depreciados ou não amortizados.

Outro ponto digno de nota é que a jurisprudência que discute se o pagamento da indenização deve anteceder a extinção, tanto a relativa à natureza de “ordem pública” das disposições legais sobre momento da indenização, quanto a relativa ao momento em si da indenização, foi produzida, na sua grande maioria, em litígios entre Municípios que são atualmente os titulares do serviço de águas e saneamento, e as companhias estaduais de águas e saneamento – que são empresas públicas ou sociedades de economia mista estaduais.

Nessas situações, ao decidir que a indenização à companhia estadual de saneamento será feita *a posteriori* da reversão, a jurisprudência lança inopinadamente sobre os demais clientes da empresa estadual de saneamento o ônus decorrente da demora do próprio Judiciário e do sistema de precatórios dos municípios devedores da indenização. É que, uma vez que a companhia estadual é obrigada a transferir os bens reversíveis para um determinado Município sem recebimento imediato da indenização, são os seus demais clientes que terminam por pagar por essa conta, cobrindo, por meio de aumento de suas tarifas ou redução da qualidade dos serviços, eventuais rombos deixados por essas decisões.





Situação muito diferente da trazida pela Autora, uma vez que conforme já demonstrado, e fartamente esclarecido, destina-se exclusivamente a salvaguardar o direito de acesso à resposta oficial do DF acerca dos valores da indenização que a Autora terá direito, bem como acesso aos levantamentos dos elementos físicos constituintes da infraestrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros, contábeis e comerciais relativos à prestação dos serviços, em dimensão necessária e suficiente para a resposta formalizada do valor da indenização devida, relativa aos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão, observadas as disposições legais e contratuais que regulavam a prestação do serviço ou a ela aplicáveis.

Sintetizando, se há discussão acerca do momento do pagamento da indenização, o mesmo não ocorre com relação ao direito líquido e certo da Autora de ter acesso à resposta oficial do Poder Concedente dos valores devidos à Autora, a título de indenização.

#### IV. DAS MEDIDAS CAUTELARES

Preceitua o art. 796 do CPC:

**Art.796** - O procedimento cautelar pode ser instaurado antes ou no curso do processo principal e deste é sempre dependente.

A Ação Cautelar é um processo acessório, que serve para a obtenção de medidas urgentes, necessárias ao bom desenvolvimento de um outro processo, o processo principal.

Assim, a finalidade da Ação Cautelar não é satisfazer a pretensão, mas viabilizar a sua satisfação, protegendo-a dos percalços a que estará sujeita, até a solução do processo principal.

No caso em tela, evidenciada está essa finalidade da ação proposta, qual seja, de garantir um direito de resposta à Autora antes da extinção da concessão, nos termos da vasta legislação já demonstrada.

Ou seja, o que se busca com a presente medida é a garantia prévia do cumprimento legal, preparatório e preliminar, de Cobrança da indenização prevista para a Autora, sem, contudo, lhe retirar o direito de ter a apuração prévia de tais valores antes da extinção do contrato, para que a mesma não fique fadada ao prejuízo e espera da boa vontade do Ente Público em pagar o que é devido à mesma.





Para tanto, imprescindível para a satisfação da pretensão final da demandante, que lhe seja garantido o direito de permanência na prestação do serviço, até a obtenção da resposta final do processo administrativo já instaurado, por meio de provocação da própria Autora, para apuração do valor de indenização, garantia essa que deve se dar através de medida em caráter liminar e de urgência, cujos requisitos estão devidamente preenchidos, senão vejamos.

#### 4.1. DOS REQUISITOS DA MEDIDA CAUTELAR E DEFERIMENTO DE LIMINAR



É certo que para o conhecimento das medidas cautelares, com deferimento da sua tutela de urgência, ou liminares, necessário se faz o preenchimento de dois requisitos, quais sejam, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

Tais requisitos estão robustamente comprovados nas demandas que já envolvem as partes aqui apresentadas, conforme já citado anteriormente.

Todavia, faremos prova, também, nos presentes autos, de tais requisitos, demonstrando a real necessidade de concessão de medida liminar pleiteada.

##### 4.1.1 – NECESSIDADE DE CONCESSÃO DE LIMINAR (SOB PENA DO PERECIMENTO DO DIREITO)

Por todo o exposto, protelar os levantamentos dos elementos físicos constituintes da infraestrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros, contábeis e comerciais relativos à prestação dos serviços, em dimensão necessária e suficiente para a resposta formalizada do valor da indenização devida, relativa aos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão, podem inviabilizar completamente a tutela jurisdicional ao final da lide, além de causar prejuízos irreparáveis à Autora.

Conforme já fartamente demonstrado, existe uma discussão na jurisprudência se o pagamento da indenização deve ou não preceder à extinção da delegação. Portanto, não há nenhuma discussão de um único caso, no qual a delegatária fosse retirada de sua operação, sem ter tido acesso à Resposta Oficial dos valores que tem direito a título de indenização pelos investimentos ainda não depreciados ou amortizados.

Admite-se a discussão sobre o momento do pagamento, havendo jurisprudência que determina que os pagamentos devem sim anteceder a





extinção da concessão, conforme já mostrado, assim como alguns entendem que o pagamento da indenização não serve de requisito para a extinção da delegação.

O que não se pode admitir, é que a Permissionária não tenha sequer tido acesso aos levantamentos efetuados pelo DF, nem sequer saber se tais levantamentos foram feitos, e neste contexto até o momento, ter cumprido todos os requisitos estabelecidos pelo Decreto Distrital 34.497/2013 e ainda não ter tido nenhuma resposta ao seu direito de petição.

Está sendo negado à Autora, o direito de aquilatar a real extensão e quantificação da integralidade dos danos oriundos da extinção de uma concessão a qual a mesma possui documentos hábeis a provar todos os investimentos realizados que ainda não foram integralmente amortizados.

O *fumus boni iuris*, esta fartamente delineado e garantido pelo teor dos arts. 35 a 37 bem como no art. 42 da Lei 8.987/95, bem como já foi reconhecido pelo próprio Distrito Federal com a publicação do Decreto Distrital 34.497/2013. Ocorre que, até o momento o Distrito Federal tem desobedecido tal decreto, e mantido inertes, gerando prejuízos incalculáveis à Autora e lesão ao seu direito líquido e certo.

Superada a comprovação da fumaça do bom direito, passamos a demonstrar a presença do segundo requisito ensejador da medida liminar, que trata-se do *periculum in mora* de igual forma presente, conforme abaixo demonstrado:

Até o momento a Autora não teve qualquer resposta. E sequer sabe se o Réu procedeu os levantamentos para fins de cálculo do valor da indenização devida.

Todos os contratos celebrados com as empresas vencedoras da Concorrência Pública 001/2011 promovido pela Secretaria de Transportes do Distrito Federal já foram assinados, e as empresas contratadas já estão incorrendo em atrasos por não terem cumprido o prazo estabelecido naquele instrumento para entrega dos veículos.

Assim, a Autora encontra-se gravemente ameaçada de ter de paralisar sua operação para dar lugar às novas Contratadas, tudo isso sem ter tido seus direitos e garantias fundamentais respeitadas, uma vez que seu direito de petição, está sendo flagrantemente desrespeitado, já que até o momento não fora notificada por nenhum documento acerca do valor das indenizações a que fará jus, resultado do levantamento dos elementos físicos constituintes da infra-estrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros, contábeis e comerciais relativos à prestação dos serviços, em dimensão necessária e suficiente para a resposta formalizada do valor da indenização





devida, relativa aos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão, observadas as disposições legais e contratuais que regulavam a prestação do serviço ou a ela aplicáveis.

E ainda que o Distrito Federal tenha procedido qualquer levantamento, sem ter procedido conjuntamente ou ao menos consultado a Autora, tal estudo será uma tarefa hercúlea, quiçá impossível de ser executada com total precisão, sendo muito provável que esteja bem longe da realidade.

Sem ter acesso a tais levantamentos, é flagrante o desrespeito ao direito líquido e certo da Autora de apreciar a resposta, e concordar ou não com ela, devendo assim tomar as medidas cabíveis ao seu exercício do contraditório e ampla defesa.

Exigir da Autora que abdique de tais direitos, e simplesmente retire-se de operação sem ter tido sequer acesso à resposta oficial sobre seus requerimentos, pode se consubstanciar em lesões irreparáveis, e afastá-la nitidamente de receber as indenizações às quais tem direito.

Não justifica-se a forma com o Distrito Federal tem agido, pois conhecedora de suas obrigações, uma vez que a própria publicou o Decreto Distrital determinando as providências que deveriam ser obedecidas, não tem cumprido nenhuma de suas obrigações.

Tantas e variadas podem ser as incertezas quanto à natureza e abrangência dos prejuízos decorrentes da extinção da delegação, que naturalmente a apuração desses danos dará azo a um longo e complexo contencioso administrativo e judicial, que trará prejuízos irreparáveis à Autora, e contraria a exigência de transparência e agilidade imposta à Administração cujos resultados serão extremamente prejudiciais.

Esse quadro, contudo, pode ser evitado ou ao menos bastante atenuado, mediante a concessão da medida liminar que ora se pretende.

Assim, é indispensável a concessão da medida liminar que ora se requer, para protegê-la de danos irreparáveis decorrentes do exercício abusivo da extinção da permissão celebrada, que está à beira de findar-se em total desrespeito às normas Constitucionais, em especial ao direito de petição insculpido no art. 5, LXXIII da CRFB, bem como pelo teor do art. 50 da Lei Federal 9.784/99 é aplicada no Distrito Federal, além dos direitos específicos garantidos pelos arts. 35 a 37, e 42 da Lei 8.987/95, já reconhecidos pelo Distrito Federal com a publicação do Decreto 34.497/2013, que trouxe em seu escopo todos os procedimentos que deveriam ter sido adotados e que permanecem descumpridos pelo Distrito Federal.

SECAD - PROCURADORIA GERAL  
Fls. 35  
40



Qualquer interpretação em sentido oposto seria inadmissível num Estado de Direito, o qual deve ser o principal defensor da ordem pública, respeitando os direitos e garantias fundamentais dos que com ele contratam. Logo, não pode o ente estatal, sobretudo ele, se exonerar das consequências danosas oriundas da gravíssima violação que representa a inobservância de princípios básicos inscritos na ordem constitucional e legal.

Existe ainda o risco que se admite apenas em atenção ao princípio da eventualidade, de sobrevirem altíssimas indenizações para o ente estatal, no caso de não ser concedida a liminar requerida, inerente ao descumprimento das atribuições já determinadas pelo próprio Decreto Distrital 34.497/2013, que permanecem descumpridas, na grande probabilidade que venha a ser punido futuramente em ação própria em patamar alto, de modo a punir exemplarmente o ente estatal infrator e assim inibir-lhe a prática de novas condutas prejudiciais da mesma espécie.

Portanto, para apreciar corretamente a presente ação, faz-se imperioso ressaltar que traria efeitos multiplicadores duramente severos aos cofres públicos, bem como estaria a caracterizar nitidamente o locupletamento do Poder Público em detrimento do particular.

## V – DA AÇÃO PRINCIPAL

Nos termos do que rege o art. 806 do CPC, informa a Autora que promoverá, no prazo legal, com a propositura de Obrigação de Fazer, no sentido de determinar ao Distrito Federal que apresente sua resposta final ao processo administrativo instaurado para apuração dos valores de indenização previstos no Decreto Distrital nº 34.497/2013, nos arts. 35 a 37, e 42 da Lei Federal 8.987/95.

## VI - DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, e do mais que certamente será suprido pela sempre sábia intervenção deste douto juízo, a Autora, por estar sofrendo com uma imatura, ilegal e inconstitucional violação ao seu, a qual está repercutindo, de igual modo, em desobediência do Distrito Federal ao Decreto Distrital nº 34.497/2013, nos arts. 35 a 37, e 42 da Lei Federal 8.987/95, bem como pela desobediência ao direito constitucional de petição, insculpido no art. 5º, LXXIII da Constituição Federal, vem a requerente, perante V. Exa., requerer:

a) à concessão da medida liminar *inaudita altera pars*, determinando que o Distrito Federal suspenda quaisquer procedimentos que possam retirar a Autora de suas operações delegadas pelo Distrito Federal, visando garantir o direito da

SEÇÃO DE REGISTRO GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
Fis. \_\_\_\_\_  
Rubrica \_\_\_\_\_





**Autora de obter resposta oficial do levantamento dos elementos físicos constituintes da infra-estrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros, contábeis e comerciais relativos adotados para o cálculo da indenização devida à Autora, relativa aos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão, observadas as disposições legais e contratuais que regulavam a prestação do serviço ou a ela aplicáveis, previamente à extinção de seu contrato, pedido esse a ser formalizado na Ação Principal;**

b) Que no mérito V. Exa confirme a liminar que espera seja concedida;

c) A citação do Distrito Federal para que, querendo, apresente defesa no prazo legal;

d) A citação das empresas vencedoras da Concorrência Pública 001/2011, entendendo assim V. Exa. necessário, para ingressarem na condição de litisconsórcio necessário.

Requer sejam as intimações enviadas para o endereço marginado nesta inicial.

**Declaramos serem autênticos todos os documentos juntados a presente ação, nos termos e sob as cominações legais.**

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para fins fiscais.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

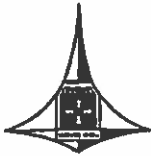
Brasília - DF, em 01 de dezembro de 2013.

**Fernando R. S. A. Costa**  
Advogado OAB/DF 40.712

**Roberto Naves de Assunção**  
Advogado OAB/GO 6.765

**Samuel Santos e Silva**  
Advogado OAB/GO 30.764





**PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA  
PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**

**CÓPIA**

TJDFT - Circunscrição Judiciária de **BRASÍLIA**

Comprovante de recebimento de Petição

Número do Protocolo: **2014.01.008502590** Data e Hora: 07/05/2014 17:22

Recebido em: 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF

Processo: **2013.01.1.183824-6**



**Processo nº. 2013.01.1.183824-6  
A: VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA**

**DISTRITO FEDERAL**, já qualificado, vem à honrosa presença de Vossa Excelência, por seu Procurador que esta subscreve, nos autos da ação cautelar em referência, apresentar, com fundamento nos artigos 300 e seguintes do Código Processual Civil

**CONTESTAÇÃO**

em face das alegações e dos pedidos formulados na inicial, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir expostos, e que a desde já se requer acolhimento para que seja julgado improcedente o pedido pelas razões anexas.

## **I. SÍNTESE DA LIDE**

Cuida-se de ação cautelar inominada ajuizada em face do DISTRITO FEDERAL, na qual a autora, integrante do Grupo Canhedo, requer provimento jurisdicional, em caráter liminar, para suspender os procedimentos que possam retirá-la das suas operações de transporte urbano de passageiros com o fim de obter resposta oficial acerca do levantamento do direito a eventual indenização, previamente à extinção do seu contrato.

Notícia que pretende ajuizar ação de obrigação de fazer para obrigar o Distrito Federal a apresentar resposta final no processo administrativo instaurado para apuração de valores de indenização previstos no Decreto Distrital nº 34.497/2013.

A liminar pleiteada foi indeferida e a ação cautelar deve ser julgada improcedente, pelas razões a seguir expostas.

## **II. AUSÊNCIA DE PERICULUM IN MORA**

A presente ação cautelar pretendeu impedir, em última análise, a retirada da empresa autora do sistema de transporte urbano de passageiros do Distrito Federal, sob o pretexto de que a apuração do eventual direito à indenização deveria ser realizada previamente à extinção da delegação de serviço de que era titular.

Ocorre que o Distrito Federal está cumprindo integralmente o que determina o Decreto nº 34.497/2013, no tocante aos procedimentos a serem seguidos a fim de vislumbrar eventual direito à indenização no âmbito do Sistema

de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF em razão do disposto no art. 42 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Com efeito, a requerente formulou requerimento perante a Secretaria de Transportes com o objetivo de ver sua demanda por indenizações analisadas pelo Poder Público. Foram instaurados processos administrativos, que foram encaminhados para análise dos aspectos técnicos do pedido pelo DFTRANS, nos termos dos artigos. 2º, 3º e 4º do Decreto nº 34.497/2013:

Art. 2º Os atuais operadores do STPC/DF cujos contratos foram firmados sem prévia licitação, que vigoram por prazo indeterminado, ou com prazo de vigência expirado poderão apresentar à Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, em até noventa dias contados da data de publicação deste Decreto, requerimento com, no mínimo, os seguintes documentos, dados e informações:

(...)

§ 1º Constatada a inobservância total ou parcial das exigências contidas neste artigo, quando da apresentação do requerimento, será concedido ao operador requerente prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação da Secretaria de Estado de Transporte do Distrito Federal, para se manifestar e complementar a instrução do processo.

Art. 3º A Secretaria de Estado de Transportes deverá autuar um processo para cada operador requerente.

Art. 4º Após autuados, a Secretaria de Estado de Transportes encaminhará os processos ao Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS para análise dos aspectos técnicos do pedido.

5b  
P

Portanto, em consonância com os procedimentos definidos no reportado Decreto n.º 34.497/2013, os autos do Processo Administrativo de interesse da requerente encontra-se com carga ao DFTRANS, entidade gestora do STPC/DF, para análise dos aspectos técnicos do pedido. Em face da complexidade da matéria em apreço, o DFTRANS ainda não concluiu as apreciações supracitadas.

Imperioso registrar que após a emissão dos relatórios técnicos pelo DFTRANS serão adotados os procedimentos estabelecidos nos arts. 6º, 7º e seguintes do Decreto n.º 34.497/2013, a fim de verificar a existência ou não do direito à indenização do art. 42 da Lei Federal n.º 8.987/1995. Esses procedimentos abarcam desde a apreciação da matéria pela Procuradoria Geral do Distrito Federal - PGDF até a contratação de empresa de auditoria.

O procedimento previsto no Decreto local também possibilita a colaboração da Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal tanto na análise do processo quanto na análise do relatório de auditoria independente.

Portanto, trata-se de análise de grande complexidade e de tema que deve ser tratado com imensa cautela, eis que eventuais indenizações serão suportadas com verbas do Erário distrital.

Assim, são óbvias as razões pelas quais ainda não foi possível concluir os procedimentos previstos no Decreto n.º 34.497/2013 e, por isso, ainda não há relatório ou parecer a ser apresentado às requerentes, mas o Distrito Federal já assumiu o compromisso de formalizar tal resposta às requerentes ao editar o ato normativo em comento.

7 + 3  
P

### III. FALTA DE PLAUSIBILIDADE JURÍDICA

O pleito do requerente carece de plausibilidade jurídica, eis que a edição do Decreto acima referido, evidentemente, não assegura direito à indenização.

Na verdade, no caso da requerente, ela não tem direito algum a indenização, eis que prestava o serviço de transporte sem prévia licitação, o que significa que se tratava de outorga administrativa precária, da qual não decorre o alegado direito a uma reparação pela extinção do ato que lhe autorizava a prestar o serviço.

A falta de plausibilidade jurídica, em verdade, já foi de pronto notada pela decisão acerca do pedido liminar, que tomamos a liberdade de transcrever a seguir:

*A questão é relativa ao suposto dever do Distrito Federal em estabelecer, de forma antecipada, os parâmetros de indenização dos atuais permissionários do serviço em referência.*

*Nesse particular, é válido ressaltar que o Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios pronunciou-se sobre o tema, por intermédio de seu Conselho Especial, em sede de pedido liminar em mandado de segurança. Confira-se a conclusão do respectivo julgado, in verbis:*

*"De qualquer forma, insta consignar que a situação do transporte público no Distrito Federal indica que o contrato de permissão da impetrante é precário, não tendo sido precedido de licitação, em inobservância à Constituição Federal e à Lei n.º 8.987/1995, de modo que as empresas que operam o transporte público coletivo do Distrito Federal já estão beneficiadas pela ilegalidade há décadas,*



70  
9

diante da omissão do Distrito Federal, trazendo inúmeros prejuízos à população local, que, notoriamente, não conta com um sistema de transporte de qualidade.

Dessa forma, a suspensão da licitação, ainda que apenas em relação às linhas operadas pela impetrante, acarretaria grave dano à população do Distrito Federal, o que deve ser afastado, diante da prevalência do interesse social sobre o privado. Igualmente, como ressaltado pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação, em sua justificação prévia, a impetrante não formulou nenhum requerimento em busca da indenização e, em princípio, nada obsta que eventual pleito indenizatório seja formulado independentemente do processo licitatório nas vias próprias. Tal hipótese, inclusive, se revela a que melhor atende ao interesse social, pois garante a continuidade da licitação. Ressalte-se, por fim, que a abertura da licitação foi determinada em razão de sentença proferida em sede de ação civil pública e, consoante justificação prévia, a questão referente à indenização prévia não fora suscitada perante tal Juízo. Diante do exposto, indefiro o pedido de liminar. Comunique-se às autoridades impetradas, solicitando-lhes as informações, no prazo legal.

Intime-se a Procuradoria do Distrito Federal para que, querendo, ingresse no feito, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Lei n.º 12.016/2009.

Após, encaminhem-se os autos à douta Procuradoria de Justiça. Publique-se. Intimem-se.

Brasília - DF, 21 de maio de 2012.  
Desembargador ROBERVAL CASEMIRO BELINATI - Relator"

No mais, o art. 42, da Lei nº 8987/1995 não impõe que os critérios de indenização sejam estabelecidas antes da abertura de procedimento licitatório, como acredita o demandante. A norma em questão estipula prazo máximo de prorrogação das concessões, desde que atendidas certas condições, dentre as quais o

59  
28

*estabelecimento de parâmetros indenizatórios. Isso não significa, em absoluto que, não estabelecidos tais parâmetros, os contratos de concessão possam continuar indefinidamente prorrogados. Assim, indefiro o pedido liminar exorado.*

A jurisprudência do STJ também reconhece que, ausente o procedimento prévio de licitação, a Administração não está obrigada a indenizar as empresas permissionárias, mormente quando se busca a adequação do serviço público à legislação de regência e à Carta da República. Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO. PERMISSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. REAJUSTE DE TARIFAS. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE LICITAÇÃO. SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO. 1. "É indispensável a realização de prévio procedimento licitatório para que se possa cogitar de indenização aos permissionários de serviço público de transporte coletivo em razão de tarifas deficitárias, ainda que os Termos de Permissão tenham sido assinados em período anterior à Constituição Federal de 1988." (REsp 886925/MG, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJ 21.11.2007). 2. Agravo regimental não provido. (AgRg nos EDcl no REsp 799250/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/12/2009, DJe 42/2010)

PROCESSUAL E ADMINISTRATIVO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INOCORRÊNCIA. TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL. ALTERAÇÃO DE TARIFAS. PERMISSÃO. PRÉVIA LICITAÇÃO. 1. Descuidou-se a recorrente de observar as exigências legais e regimentais, em especial no que se refere ao confronto entre os fundamentos adotados no acórdão recorrido e o acórdão proferido pela 1ª Turma no REsp 120.113-MG que, aliás, examinou uma situação atípica, consoante se deduz da própria ementa transcrita pela recorrente. 2. O acórdão entendeu que mera permissão de serviço público, ato unilateral e precário da Administração Pública, não gera direito à pretendida equivalência patrimonial em decorrência de sua própria natureza, eis que é executada por conta e risco da permissionária. O fundamento é

60  
95

suficiente para refutar a pretensão da recorrente. 3. É indispensável a ocorrência de prévio procedimento licitatório para que se possa cogitar de indenização aos permissionários de serviço público de transporte coletivo em razão de tarifas deficitárias, já que atuam por sua conta e risco. Precedentes. 4. Recurso especial improvido" (REsp 686.601/MG, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJ de 2706.06).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO. PERMISSONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. REAJUSTE DE TARIFAS. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE LICITAÇÃO. SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO. NATUREZA DO CONTRATO. SÚMULA Nº 07/STJ. I - Este Sodalício já se manifestou a respeito do tema, por meio de diversos julgados oriundos do Estado de Minas Gerais, tendo a jurisprudência firmado entendimento no sentido de que não é cabível cogitar-se indenização aos permissionários de serviço público de transporte coletivo, em face da ocorrência de tarifas deficitárias, tendo em vista a inexistência de prévia licitação e em atendimento à supremacia do interesse público. Precedentes: REsp 443.796/MG, Rel. Min. FRANCIULLI NETTO, DJ de 03/11/03; REsp 400.007/MG, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJ de 07/04/03 e REsp nº 403.905/MG, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 06/05/02. II - Para se concluir que o contrato em comento se trata de concessão e não de permissão de serviço público, necessário o reexame do substrato fático-probatório dos autos, a teor da Súmula nº 07/STJ, porquanto a Corte a quo concluiu que o contrato em comento é de permissão. Precedente: AgRg no REsp nº 437.620/MG, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ de 01/07/04. III - Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 739.987/MG, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, DJ de 19.12.05).

Por outro lado, deve-se recorrer no caso concreto também ao princípio da **supremacia do interesse público sobre o interesse privado**, que é uma das normas fundamentais do Estado de Direito e dele, ao lado do princípio da dignidade da pessoa humana, emanam **todos** princípios reguladores da vida em sociedade.

61  
40

Em outro dizer, "o princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado é princípio geral de Direito inerente a qualquer sociedade. É a própria condição de sua existência"<sup>1</sup>, é um pressuposto lógico do convívio social e, como tal, deve pautar a conduta administrativa.

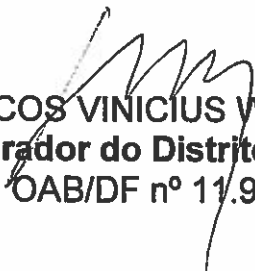
Não pairam dúvidas sobre o conteúdo e alcance do princípio em tela: toda vez que estiverem em colisão o **interesse público** e o **interesse privado**, este deve submergir, devendo **aquele prevalecer, sempre.**

#### **IV. CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, ausentes o *periculum in mora* e o *fumus boni iuris*, requer o Distrito Federal seja o pedido cautelar julgado improcedente, condenando-se a requerente aos ônus da sucumbência.

Pede deferimento.

Brasília, 7 de maio de 2014.

  
**MARCOS VINICIUS WITCZAK**  
**Procurador do Distrito Federal**  
**OAB/DF nº 11.923**

---

<sup>1</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*, 17ª ed., rev. e atual., São Paulo: Malheiros Editores, 2004, pág. 87.

**Circunscrição : 1 - BRASILIA**

**Processo : 2013.01.1.183824-6**

**Vara : 112 - SEGUNDA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**

Repte: VIPLAN Viação Planalto Ltda

Reqdo: Distrito Federal

Autos nº 183824-6/2013

## Sentença

stos etc...

Cuida-se de ação cautelar ajuizada por VIPLAN Viação Planalto Ltda contra o Distrito Federal.

Pretende a requerente obter, em caráter liminar, em sede preparatória, que o réu se abstenha de impedir que a requerente mantenha suas atividades de prestação de serviços de transporte público. Para tanto, alega que a Lei nº 9897/1995 impede a extinção do contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes, sem a prévia determinação dos valores a serem indenizados.

Acompanharam a inicial os documentos de fls. 35/130.

O pedido de liminar foi indeferido, nos termos da decisão de fls. 132-133.

Devidamente citado, o Distrito Federal ofereceu contestação às fls. 152/160, por meio da qual alega que a requerente não preenche os requisitos legais autorizadores para obter a tutela cautelar requerida. Juntou os documentos de fls. 161-244.

Ministério Público ofertou a manifestação de fls. 246-255, opinando pelo indeferimento da tutela cautelar.

É o relatório.

Decido.

A parte autora não ajuizou a ação principal, sendo certo que a matéria ora em curso tem natureza meritória, a demandar seja proferido juízo de valor em sede de provimento jurisdicional definitivo.

Com efeito, a matéria em debate nos autos não pode merecer solução de mérito na presente via acionária, que tem mera natureza instrumental em relação ao processo de conhecimento, sendo características do processo cautelar, além da instrumentalidade mencionada, a provisoriedade, revogabilidade e autonomia meramente formal em relação ao processo principal.

Logo, a ação cautelar não pode ser o palco jurisdicional adequado e correto para discussões a respeito do mérito da presente demanda. Com efeito, como bem ponderado na judicosa manifestação ministerial de fls. 246-255, não se encontram preenchidos, na espécie, os requisitos objetivos autorizadores para a concessão da tutela cautelar requerida, quais sejam o periculum in mora e o fumus boni iuris, o que deve levar inexoravelmente ao indeferimento do pedido cautelar.

Por essas razões, indefiro o pedido cautelar, condenando a requerente ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, em favor da parte ex adversa, esses no importe de R\$

2.000,00.

Operada a preclusão, remetam-se ao arquivo, com as devidas anotações e baixa na distribuição.

Sentença registrada. Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 9 de julho de 2014.

Alvaro Luis de A. S. Ciarlini  
Juiz de Direito

63  
4

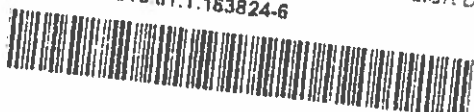


*CPA*

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.**

|       |
|-------|
| FL.   |
| 66    |
| CECAD |
| PROCO |

UDFT - Circunscrição Judiciária de BRASÍLIA  
Comprovante de recebimento de Petição  
Número do Protocolo 2014.01.017459048 Data e Hora: 25/08/2014 14:37  
Recebido em: 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF  
Processo 2013.01.1.183824-6



**REF.: PROCESSO N.º 2013.01.1.183824-6**

**EXEQUENTE: DISTRITO FEDERAL**

**EXECUTADO: VIAÇÃO PLANALTO LTDA. - VIPLAN**

O **DISTRITO FEDERAL**, ente público já devidamente qualificado, por intermédio do seu Procurador adiante assinado, nos autos do processo em referência, considerando o trânsito em julgado da r. decisão final de fls., vem, respeitosamente, manifestar o seu interesse na execução da sucumbência e, para tanto, vem requerer o seu **CUMPRIMENTO**, a fim de que a parte autora seja chamada a adimplir o seu débito (honorários advocatícios).

Assim, postula-se a intimação dos Devedores para que pague a quantia de **R\$ 2.002,60 (dois mil e dois reais e sessenta centavos)**, nos termos da planilha de cálculos em anexo, que corresponde aos honorários devidos ao ente público réu devidamente corrigido.

Requer, também, que seja fixado honorários advocatícios para esta fase do processo, bem como, desde logo, que seja requisitada ao Banco Central do Brasil a indisponibilidade dos ativos financeiros existentes nas contas bancárias

*7*



**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**

de titularidade do executado por meio eletrônico (BACENJUD), tal como dispõe o art. 655-A do CPC.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 22 de agosto de 2014.

  
**EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR**

**Procurador do Distrito Federal**

**OAB/DF 29.190**

